



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA REQUERIMENTO N°

_____ DE 2024

(Do Sr. Glauber Braga)

Requerimento para realização da Audiência Pública para tratar a criminalização dos movimentos sociais de moradia do Distrito Federal.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater o processo de criminalização dos ativistas movimentos sociais de moradia do Distrito Federal.

Convidados:

- CSP Conlutas
- MRP
- MLB
- FNL
- 11 ativistas do MRP- Movimento de Resistência Popular
- Deputado Distrital Fabio Felix- PSOL
- Representante da Ouvidoria dos Direitos Humanos



JUSTIFICAÇÃO

Desde 2015, se intensificou o processo de perseguição aos movimentos sociais de luta pela terra e seus ativistas no Distrito Federal. Atualmente são dezenas de processos e investigações contra ativistas dos movimentos sociais do Distrito Federal, que inclusive já geraram condenações e prisões. Neste momento, Zezé (Maria José), importante liderança do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) no Distrito Federal está presa, acusada de extorsão de famílias do MTST. Um processo recheado de irregularidades e baseado apenas em testemunhas sem nenhuma prova material.

Da mesma maneira, 11 ativistas do Movimento Resistência Popular (MRP) foram condenados em segunda instância recentemente, sob acusações idênticas às que levaram à condenação e prisão de Zezé. Além disso, existem várias investigações em curso na polícia civil do Distrito Federal contra ativistas do MRP em função da ocupação popular Terra Prometida em Brazlândia-DF. Acusações que vão de crime ambiental a organização criminosa.

Queremos ressaltar que essa solicitação tem relação com desdobramentos da audiência pública realizada pela CLP em 10 de julho deste ano quando debateu o PL709/2023 e o agravo dos conflitos no Campo e nas cidades, tendo sido realizada uma reunião com participação dos diversos movimentos no dia 15 de julho e inclusive com uma reunião realizada na ouvidoria dos Direitos Humanos, mas ainda sem solução para tal grave situação.

Diante deste cenário, a CSP-Conlutas e os movimentos sociais (MLB, FNL, MRP) que organizam uma campanha conjunta contra a criminalização dos movimentos sociais do Distrito Federal solicitam a Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal a realização de uma audiência pública para tratar deste tema e ajudar a dar visibilidade a essa situação que acomete os/as ativistas dos movimentos sociais de luta pela terra em Brasília.

Sala das Comissões, novembro de 2024.

Deputado GLAUBER BRAGA
PSOL/RJ

